

CLIPPING IMPRESSO

26/05/2022



INDICE

1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL EXTRA.....	2
2.2. JORNAL O PROGRESSO.....	3
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL EXTRA.....	4
4. INSTITUCIONAL	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	5

Operadora de saúde é condenada a indenizar criança com autismo

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão condenou a Hapvida Assistência Médica a pagar indenização no valor de R\$ 5 mil a uma criança com autismo, representada no processo por um adulto.

O órgão entendeu que o plano de saúde apenas disponibilizou o tratamento devido a ordem judicial, e a interrupção deste tratamento foi a causa de transtorno e abalo psicológico, fato suficiente a gerar o dano moral.

O Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu queixa das duas partes, inconformadas com a sentença do Juízo da 6ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Enquanto o representante da criança pediu o reconhecimento do dano moral e aumento da indenização, a operadora de saúde sustentou que o rol da ANS é taxativo, e que não há cobertura para o tratamento requerido, motivo pelo qual não obriga os planos de saúde a fornecerem o atendimento.

O Desembargador Guerreiro Júnior, relator das apelações, frisou que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que são abusivas as cláusulas contratuais.

O motivo é que estas impõem limitações aos tratamentos médicos prescritos para doenças cobertas pelos contratos de assistência e seguro de saúde dos contratantes. Frisou ainda que cabe apenas ao profissional habilitado definir a orientação terapêutica a ser dada ao paciente.

Acrescentou também a situação abusiva de limitação do contrato de plano de saúde em relação ao número de sessões de psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e psicoterapia para o tratamento contínuo de autismo infantil.

O desembargador relatou que a criança autista necessita de tratamento especializado, com equipe multidisciplinar. Disse que não são tratamentos "alternativos" ou "experimentais", mas métodos específicos, o que não pode ser obtido pelo fornecimento de profissionais sem interação e experiência em relação à condição.

Guerreiro Júnior decidiu que a recusa da operadora de plano de saúde não perdura no caso, devido ao tratamento ter sido determinado pelo médico ao restabelecimento do paciente, a negativa de cobertura resulta em abusividade.

PREFEITO BRAIDE COMEMORA OS 104 ANOS DA LIBERDADE COM "PREFEITURA NOS BAIRROS"

"Eu estou tão feliz com todas as obras que o prefeito Eduardo Braide está trazendo para o nosso bairro hoje. A Liberdade nunca recebeu um presente como esse". A felicidade de dona Conceição Pinto Silva, 89 anos, moradora da Liberdade há 60 anos, resume o sentimento da comunidade. Nesta quarta-feira (25), data em que o bairro comemora seus 104 anos de fundação, o prefeito Eduardo Braide fez o lançamento do programa Prefeitura no Bairro.

A partir de agora, diversos serviços de revitalização e reestruturação serão executados na Liberdade para garantir melhores condições para a população. A Prefeitura de São Luís está investindo R\$ 1.628.000,00 para entregar um bairro completamente revitalizado, com mais mobilidade, infraestrutura, segurança e qualidade de vida para os moradores.

"Hoje a Liberdade comemora seus 104 anos de fundação. Uma parte significativa da história da nossa cidade foi construída neste bairro e pelas pessoas que aqui moram. Por isso, para marcar este dia histórico, estamos trazendo o maior conjunto de investimentos que o bairro já recebeu. Com o programa Prefeitura no Bairro vamos fazer a reforma do Mercado da Liberdade, do prédio onde funcionou



BRAIDE DURANTE O LANÇAMENTO DO "PREFEITURA NOS BAIRROS"

a UEB Mário Andreazza para melhorar a educação no bairro. Também vamos fazer intervenções asfálticas e implantar nova sinalização de trânsito. Vamos garantir mais segurança com a nova iluminação de LED. O bairro vai ficar mais bonito e as novas praças e intervenções de arte urbana que serão executadas. E outra boa notícia é que a Liberdade passará a fazer parte do nosso roteiro turístico com a criação do roteiro Quilombo Cultural São Luís", destacou o prefeito Eduardo Braide.

O lançamento do Programa Prefeitura no bairro contou com a presença da vice-prefeita de São Luís, Esmênia Miranda; dos vereadores Raimundo Penha (PDT), líder do Governo Municipal na Câmara; e

Concita Pinto (PCdoB). O ex-vereador e liderança do bairro Liberdade, César Bombeiro, também esteve presente.

As boas notícias em forma de presente de aniversário foram recebidas com alegria e aplausos por parte dos moradores que participaram do lançamento. "A gente estava precisando de um prefeito que olhasse para o nosso bairro e trouxesse as melhorias que a gente precisa. Agora a gente tem um prefeito assim. A Liberdade vai ficar muito melhor", disse a dona de casa Conceição Pinto Silva, 89 anos.

Quem também não escondeu a felicidade foi a agente de portaria Maria José Machado, 59 anos. Ela que é "nascida e criada no bairro", como fez questão de dizer, afirmou que as melhorias

anunciadas nesta quarta-feira eram aguardadas há muito tempo. "A Liberdade, assim como diversos bairros de São Luís, precisam de muitos serviços para resolver os problemas que dificultam a vida da população. Não adianta vir, fazer uma coisa e ir embora. Tem que ser assim como será feito agora. Resolver várias coisas de uma vez", comentou.

O chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do Maranhão (CGJ), desembargador José Bernardo Silva Rodrigues; e a juíza auxiliar da CGJ, Tereza Cristina Palhares Nina, também estiveram no lançamento do programa Prefeitura no Bairro Liberdade para anunciar a presença dos serviços da Corregedoria como o de regularização fundiária, realizar audiências de conciliação, entre outros.

PREFEITURA NO BAIRRO LIBERDADE

Por meio de uma ação conjunta de diversas secretarias e órgãos da Prefeitura de São Luís, a Liberdade receberá diversas intervenções nas próximas semanas. Uma destas intervenções será no prédio do antigo matadouro onde funcionou a Unidade de Ensino Básico (U.E.B.) Mário Andreazza. O prédio é um marco, pois foi a partir da sua construção que a comunidade começou a se formar.

TJMA mantém indenização a cliente de banco por desconto indevido de empréstimo

Divulgação



A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão condenou o Banco do Brasil a pagar indenização de R\$ 10 mil, por danos morais, a um cliente, por descontos indevidos em sua conta bancária, referentes a três contratos de empréstimos, saques e transferências realizadas em sua conta-corrente. O consumidor

afirmou que os valores cobrados nunca foram contratados e que tais operações financeiras foram realizadas em sua conta bancária de forma fraudulenta.

Ao votar de forma desfavorável à apelação cível do Banco do Brasil S/A, a 7ª Câmara manteve a sentença da 2ª Vara Cível da Comarca

de Imperatriz.

De acordo com o relator, desembargador Josemar Lopes Santos, a situação dos autos evidencia que o serviço prestado pela instituição bancária teve origem em contratos fraudulentos, não tendo o banco se desincumbido do ônus de provar a existência da relação contratual discutida,

ou seja, não anexou aos autos os contratos impugnados, supostamente assinados pelo cliente, o que revela, de início, a veracidade das alegações descritas na petição inicial.

O Banco do Brasil foi intimado para adicionar ao processo as filmagens que comprovariam a efetivação das operações, mas se manteve inerte, conforme atestado. A instituição bancária não juntou os documentos que supostamente comprovariam a existência da relação jurídica contestada pelo apelado e nem sequer contestou o pedido de forma específica, apresentando uma impugnação genérica à pretensão do autor, desprovida de conteúdo de provas específico das alegações de ausência de fraude e de regularidade das operações debatidas nos autos.

Os desembargadores Tyrone Silva e Gervásio dos Santos, este convocado para compor quórum, acompanharam o relator. (*Agência TJMA de Notícias*)

No Dia Nacional da Adoção, 57 crianças aguardam uma família no Maranhão

Na capital maranhense, existem sete instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Embora 94 meninos e meninas estejam nesses locais, apenas 37 estão disponíveis para adoção

LUCIENE VIEIRA

Nessa quarta-feira (25), foi celebrado o Dia Nacional da Adoção. Em São Luís, existem sete instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Embora 94 meninos e meninas estejam nesses locais (quatro estão em família acolhedora), apenas 37 permanecem disponíveis para adoção. Já em todo o estado, o número cresce para 57, sendo 32 meninos e 25 meninas. Das 57 crianças, 40 estão na faixa etária de 8 a 16 anos e 13 fazem parte de grupo de irmãos. Os dados são do Fórum Desembargador Sarney Costa e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Outros dados divulgados pelo Tribunal de Justiça são que, em processo de adoção, o Maranhão apresenta 16 crianças, sendo destas, cinco na faixa etária de dois a quatro anos, e uma na faixa etária de 10 a 12 anos, não tendo nenhuma criança acima dos 12 anos em processo de adoção. Dentre as que estão em processo de adoção, somente uma criança possui deficiência física.

Já em São Luís, conforme a 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, das 37 aptas para adoção, 30 estão aptas e 7 estão vinculadas para adoção, ou seja, a Vara já está fazendo contanto com pretendentes a adoção que aceitam o perfil dessas crianças e adolescentes. A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís tem como titular o juiz José Américo Abreu Costa, e funciona no 7º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau.

PRETENDENTES À ADOÇÃO

No Maranhão, ainda



No Maranhão, há 57 crianças na fila para adoção e 188 pessoas interessadas em adotar

conforme o TJ-MA, há 188 pretendentes, que são pessoas habilitadas à adoção. Desse total, 164 buscam crianças na faixa etária de zero a seis anos, demonstrando a incompatibilidade entre o perfil disponível e o perfil desejado. E, 107 aceitam somente uma criança, excluindo a possibilidade de adotar grupo de irmãos.

Em São Luís, há 103 pretendentes cadastrados para adoção. Podem se candidatar à adoção pessoas casadas ou em união estável, solteiras, viúvas ou divorciadas. O primeiro passo para quem mora na capital maranhense é procurar a 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

O segundo passo será o pretendente à adoção ingressar, junto à unidade judiciária, com o pedido de habilitação. A equipe técnica da unidade acompanhará o pretendente e, após um estudo social e psicológico, dará um parecer que subsidiará o juiz na decisão sobre o processo de habilitação.

Após o processo de habilitação, o nome do pretendente será incluso no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), um banco de dados, único e nacional,

composto de informações sobre crianças e adolescentes aptos a serem adotados e pretendentes habilitados à adoção, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em São Luís, a gestora do SNA é Luciana Martins de Melo Moreira. No Maranhão, a gestão do SNA é feita pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA.

Os pretendentes também devem fazer o curso preparatório para adoção, que é realizado pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. O curso é uma etapa obrigatória para o processo de adoção

INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Em São Luís, existem sete. São elas: Lar de José (Anil), Abrigo Luz e Vida (Parque Shalon), Casa Sonho de Criança (Fé em Deus), Casa Acolher e Amar (Cohatrac), Lar Pousos Obras Sociais (Cohab), Casa Lar Calábria (Cidade Operária) e Casa da Criança "Menino Jesus" (São Francisco), esta última é mantida pelo Poder Judiciário.

ADOÇÕES ENTRE 2020 E 2022

De acordo com a 1ª Vara da Infância e Juventude de São

Luís, com base em dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve 15 adoções concluídas em 2020, em São Luís. Em 2021, foram 11. Neste ano, ocorreu uma adoção concluída, e há outras nove em curso, ou seja, adoções que ainda estão tramitando na Justiça.

AUDIÊNCIAS

Para marcar o Dia Nacional da Adoção, nesta semana, desde segunda-feira (23) até esta sexta-feira (27), o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, realiza audiências nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes da capital. As audiências ocorrem de forma presencial e por videoconferência, com a presença do Ministério Público, Defensoria Pública e das equipes técnicas desses órgãos e das entidades. Durante as audiências concentradas são vistos, além dos casos que estão nas instituições de acolhimento, também os processos de crianças e adolescentes que estão em famílias acolhedoras. Esta informação é da Coordenação da Divisão Psicossocial da Vara da Infância e Juventude. A coordenadora, pedagoga Amelice Carla Rego, informou que são analisadas as situações processuais de cada criança e, de acordo com o parecer da equipe técnica e os estudos realizados, é que se determina se a criança permanecerá no acolhimento, se será reinserida na família ou a inclusão em família substituta. O CNJ prevê pelo menos duas audiências concentradas por ano em cada abrigo, com reavaliação a cada três meses.

César Pires pede esclarecimentos sobre combate a crimes cibernéticos no Maranhão

O deputado César Pires apresentou requerimento na Assembleia Legislativa propondo que o secretário estadual de Segurança Pública, coronel Sílvio Leite, e o delegado-geral, Jair Paiva, sejam convidados a prestar esclarecimentos ao Legislativo estadual sobre o combate a crimes cibernéticos no Maranhão. Pires quer saber o que está sendo feito para coibir essas práticas e punir os criminosos. “Assisti recentemente um blogueiro de Codó ter sua imagem atacada por

uma página fake. Ele foi à delegacia, registrou boletim de ocorrência, a delegacia não tem o aparelhamento suficiente para investigar. O deputado Zito Rolim foi outra vítima do mesmo modus operandi, a página continua nas redes sociais fazendo as suas perversidades. Admito as querelas políticas, mas não se pode entrar no campo pessoal sob pena de não termos a certeza de onde vamos parar, até para agressões físicas graves”, destacou César Pires. Ressaltando que o atual secretário é um homem

preparado para o cargo, César Pires defendeu que o coronel Sílvio Leite precisa ir ao Legislativo estadual esclarecer em que nível se encontra o sistema de segurança do Maranhão para combater esse tipo de crime. “Onde se encontra a delegacia especializada no combate a esses crimes? Quem são técnicos responsáveis? Quantos criminosos já foram levados às barras da Justiça? Quantas ações foram feitas nas redes sociais? Quantos casos já foram elucidados? Essa é uma questão partidária, pois todos nós podemos ser vítimas desses

crimes, portanto precisamos combatê-los”, justificou o deputado. César Pires acrescentou que o mundo inteiro se preocupa hoje com as fake News, uma questão muito grave que deve ser discutida em todos os níveis, para que sejam encontradas soluções para esse problema. “Esta Casa também não pode se furtar dessa discussão, e não há outro caminho senão pedir esclarecimento de quem detém essas informações. Na evolução dos fatos, vamos chamar também o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.